



CEDI - P. I. B.
DATA 21 / 10 / 86
COD. 9309

82

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA COMUNIDADE ORO-UARI DA ÁREA INDÍGENA DO LAGE

Mauro de Mello Leonel Jr.

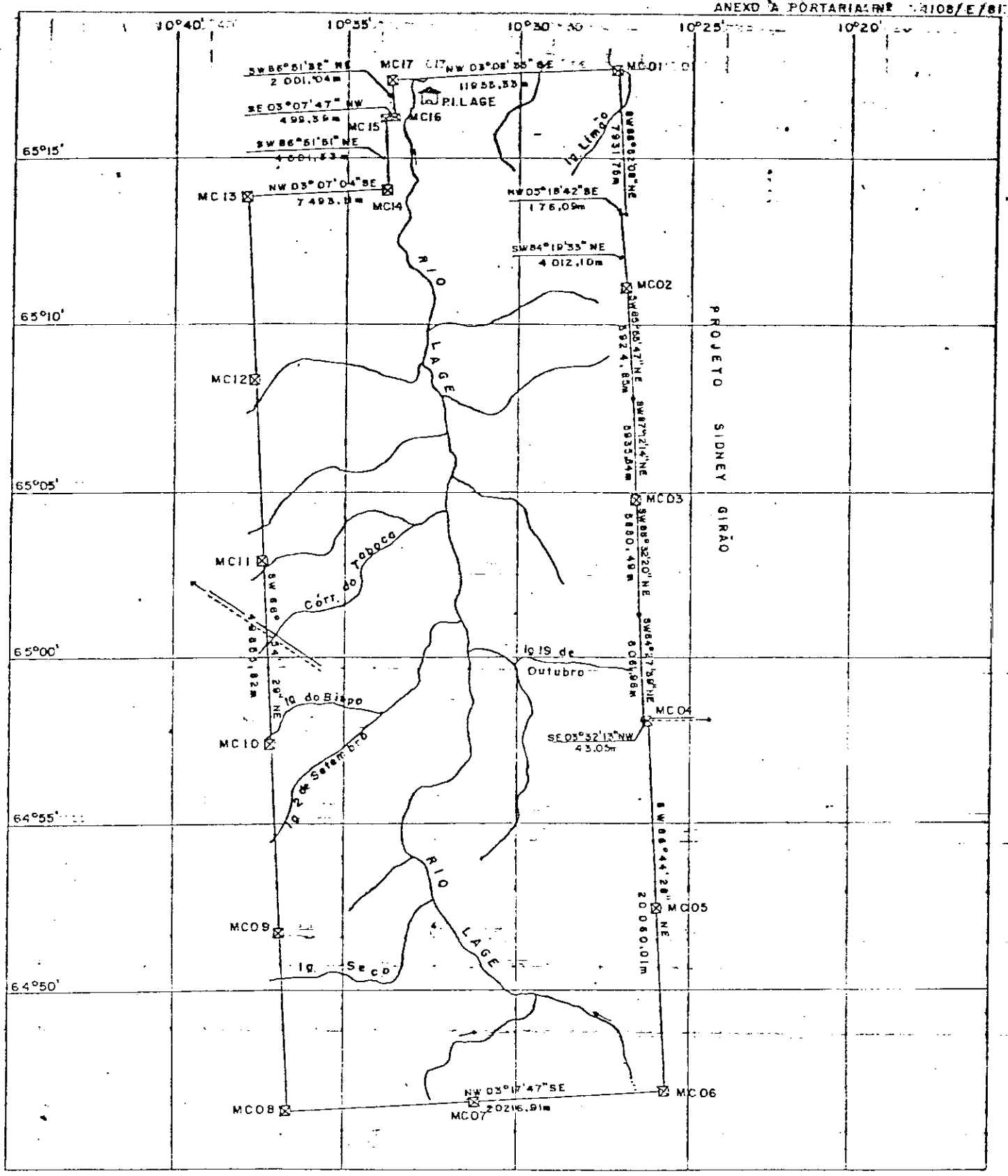
OUTUBRO

- 1984 -

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA COMUNIDADE ORO-UARI DA ÁREA INDÍ-
GENA DO LAGE.

RESUMO DAS SUGESTÕES, RECOMENDAÇÕES E REIVINDICAÇÕES.

- 1º) Estudo da viabilidade de reunificar os P.I.s Lage e Ribeirão, ou pelo menos de devolver ao Lage parte de seus limites naturais originais.
- 2º) Uma estrada no interior da área, picadão transitável, da aldeia nova à aldeia velha, cerca de 15 Kms, com trânsito proibido a não índios.
- 3º) Um caminhão para escoamento de mercadorias.
- 4º) Rádio com bateria solar.
- 5º) Beneficiadora de arroz.
- 6º) Apoio às roças familiares e ao extrativismo e coleta.
- 7º) Geladeira para remédios e vacinas.
- 8º) Animais de carga e apoio para sua criação, como também de gado.
- 9º) Um programa de saúde.
- 10º) Um programa educacional, de promoção à cultura da comunidade.
- 11º) Entrada dos missionários das Novas Tribos apenas quando autorizada, com objetivos em acordo com a lei.



SINAIS CONVENCIONAIS

- POSTO INDÍGENA
- MARCO DE CONCRETO
- CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
- RODOVIA DE REVESTIMENTO SOLTO
- MARCO DE MADEIRA

REGISTRO NO SPU Nº RO-6B/81

 <p>MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI</p>			
DENOMINAÇÃO: ÁREA INDÍGENA IGARAPÉ LAGE		PLANTA DE: DEMARCAÇÃO	
MUNICÍPIO: GUAJARA - MIRIM		ÁREA: 107 321,1789ha	PERÍMETRO: 152,29 km
UF: RONDÔNIA		ESCALA: 1:300 000	DATA: 15/12/77
M. ADM.: 8º DR		PROCESSO Nº: 03296/78	EXECUTANTE: PLANTELT LTDA
DESENHO:  Waldemar LEVY NATAL	TEC. RESPONSÁVEL: FUNT. DEB. DA S. ARANTES INKRAHES/TE. 122 RES	CONFERIDO:  Ney de Faria CHEFE DA SEF	VISTO:  Octavio Ferreira Lima DIRETOR DO DPI



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS COMUNIDADES ORO-UARI DA ÁREA INDÍGENA DO LAGE

O caso da demarcação do Lage é um exemplo de como a expansão das fronteiras agrícolas em áreas não demarcadas termina por causar grande prejuízo aos índios. Inicialmente o Lage era ligado ao P.I. Ribeirão e os índios dispunham de uma grande extensão de terra. Em 1977, quando da demarcação, perderam o Rio Mutum Paranã, passaram a ter limites em linha seca, extremamente difíceis de defender, e foram reduzidos a 107 mil hectares.

A tentativa de espoliar estes índios de suas terras é antiga, mas deu certo apenas quando o estado promoveu projetos de colonização, a partir de 1945. Desde o século XVIII, mais particularmente no início do século XX, com o ciclo da borracha, os Oro-Uari e os demais grupos do oeste de Rondônia enfrentam-se com seringalistas. Viram várias de suas aldeias exterminadas. Mas contra-atacavam e conseguiram manter-se nos rios e igarapês secundários. Atacaram inclusive a Estrada de Ferro Madeira - Mamoré durante sua construção na primeira metade deste século.

Desde 1942 o extinto SPI - Serviço de Proteção ao Índio - tentava contatar os Oro-Uari. O próprio SPI instalara em seu território, nos anos 40, índios de culturas diferentes no Posto Major Amarante, atual P.I. Ribeirão, ao norte do Lage. Estas colônias eram criadas para concentrar índios de grupos diferentes, liberando suas terras aos seringalistas. Ao invés de demarcar as terras indígenas em seu habitat natural e protegê-los dos invasores, protegiam-se os seringalistas, retirando os índios das terras que cobiçavam os colonizadores.



Desde os anos 40 o SPI mantinha um posto de atração no Igarapé Lage, devido a sinais de índios na região. Com o apoio dos "missionários e linguístas" (ver relatório sobre o PI Pacaa - Nova) da New Tribes, integrados à atração a partir de 1955, conseguiram contato com um dos grupos, os Orodão no Rio Pacaa - Nova. Utilizando-se destes índios como intérpretes, enquanto os missionários os "amansavam" com o domínio da língua, conseguiram contatar os grupos Oro-Uari que perambulavam mais ao norte, a partir do Ribeirão e do Lage. O contato com os Ororam, Ororamtxiem e os Oroboni deu-se na década de 60. O último grupo rendeu-se em 1969.

Em 1945 o governo federal resolveu iniciar a política, em vigor até hoje, de assentar colonos do nordeste e do sul do país na Amazonia, visando amenizar os conflitos oriundos da crescente concentração da propriedade fundiária. Foi então idealizado o projeto Marechal Dutra, exatamente onde se encontravam estes grupos Oro-Uari. Os índios resistiram como puderam às tentativas de ocupação de seu território.

Em 1959/60, com a morte do filho de um colono, o SPI e a New Tribes resolveram apressar o contato com os Ororam. Convenceram uma mulher a ir buscar seus parentes, juntamente com um intérprete Orodão. Ela conseguiu trazê-los ao posto, cerca de 200 sobreviventes Ororam, em sua maioria doentes. Destes restam apenas 101 no Lage. Através deles foram conquistados os Ororamtxiem e os Oroboni. Na verdade falam um dialeto diferente dos Orodão, Oroat e Oroêu segundo Mason (76).

Os projetos de colonização expandiam-se sem que as terras destes grupos fossem demarcadas. Do projeto Marechal Dutra, passou-se à colônia IATA, aos projetos Sidney Girão e Bom Sossego. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não teve dúvidas em ir loteando e sobrepondo colonos às terras indígenas. Das centenas de milhares de hectares dos anos cinquenta, o Lage conta hoje com 107 mil. Na



década de 70, quando os índios eram tratados como assunto de militares e de segurança nacional, foi fácil reduzir progressivamente suas terras. Em 1973 o INCRA fez mapas delimitando as áreas Oro-Uari, já reduzidas com a conivência da FUNAI. Na altura o PI Ribeirão era ligado ao PI Lage, já em linhas secas. No entanto o próprio INCRA, por razões eleitoreiras, em 1975 já tinha invadido os limites por ele mesmo fixados. O atual Lage foi invadido sem cerimônia ao norte, oeste e sudeste. Em 1975, no projeto Radam, a FUNAI terminou por desmembrar o Lage do Ribeirão. Chegou até a propor a extinção do Ribeirão e a atração dos índios que lá viviam para o norte do Lage. Conseguiu uma "antropóloga" para apoiar esta decisão, assim como a redução das áreas indígenas dos P.I.s Guaporé, do Pacaa Nova e Rio Negro Ocaia. Faltava apenas conquistar a parte leste do Lage, o que foi obtido com a conivência da FUNAI.

Assim mesmo, em 1976 o INCRA iniciou a ocupação dos últimos 107 mil hectares, instalando 23 colonos. Outros instalaram-se por sua conta, vários com documentos forjados e com o apoio de políticos locais e do Banco da Amazonia. Finalmente, em 1977, a FUNAI resolve demarcar a nesga de terra hoje reservada aos cerca de 250 índios do Lage e seus descendentes. Em 78 e 79 os últimos posseiros invasores foram reinstalados pelo INCRA.

E o resultado final aí está, os índios com seu território descontínuo e vizinhos de projetos de colonização, como a IATA ao norte, o Sidney Girão a leste e o Bom Sossego ao sul. Seus parentes, e os outros grupos de uma mesma tribo, tiveram também seus territórios desmembrados e espalhados entre colonos não índios.

É óbvio que as invasões não terminaram. Até hoje seringueiros, caçadores e pescadores ainda invadem o Lage, difícil de vigiar uma vez reduzido a limites naturais, e com a FUNAI promovendo a concentração dos índios nos postos.



O acesso ao Posto Indígena do Lage, é feito pela BR-319, e depois por um picadão do projeto Bom Sossego. O posto está a cerca de 50 Kms de Guajará-Mirim, e o único acesso é rodoviário.

POPULAÇÃO

Sabe-se que na altura do contato apenas os Ororam sobre viventes eram cerca de 200. Hoje encontram-se 101 no Lage. Mas a FUNAI não manteve, como nos demais postos, uma estatística confiável. Para os últimos anos, reunindo dados da Ajudância da FUNAI em Guajará-Mirim, e da Diocese, podemos chegar a esta estimativa:

1977	-	141
1978	-	178
1979	-	162 ou 167
1981	-	186 ou 191
1982	-	200
1983	-	201 ou 217
1984	-	235 ou 244

O crescimento deve-se provavelmente à migração de outros grupos para o Lage, que conta hoje com os seguintes grupos:

Ororam	101
Orobon	67
Ororamtxiem	57
Orodão	<u>8</u>
	235

1984 - População do PI Lage por faixa etária:



POPULAÇÃO

1984 - P.I. LAGES

	HOMENS	MULHERES	TOTAL
0 - 5	34	19	53
5 - 21	21	18	39
11 - 15	11	20	31
- 20	8	11	19
21 - 25	4	10	14
26 - 30	4	7	11
31 - 35	8	5	13
36 - 40	7	10	17
41 - 45	8	3	11
46 - 50	7	1	8
51 - 55	2	2	4
+ 55	8	6	14
	<u>123</u>	<u>112</u>	<u>235</u>

SAÚDE

A chegada massiva dos colonos agrava as doenças no PI Lage. Em 1980 a aldeia teve que ser mudada, pois em 1978 90% dos índios estavam com malária e havia 7 casos de tuberculose em tratamento. Mas não são as únicas doenças trazidas pelos colonos. Em 1977 havia uma criança com poliomielite, e várias com coqueluche, que vitimou pelo menos uma delas. Os índios reclamavam na altura de serem mal-atendidos em Guajarã-Mirim. Em 1980 ainda morreram quatro de malária. Em 1978, começou a surgir também a leichmaniose.

O quadro de saúde está longe de ter-se alterado. As visitas da EVS são rápidas, mal-programadas e anuais. Em



dezembro de 1983, assim mesmo, conseguiu identificar 4 casos de tuberculose, 4 de malária e numerosos de diarreia, amebas e verminoses. Apesar deste quadro cronicamente epidêmico, o posto chega a passar 8 meses sem enfermeiro, o que é um crime. O atendimento dentário é inexistente, ou limita-se a arrancar dentes arbitrariamente.

É urgente um programa de saúde à altura, a ser elaborado a partir das sugestões dos especialistas que realizam a avaliação da saúde indígena na região do Polonoroeste.

ECONOMIA

A invasão e a redução de suas terras alterou substancialmente seu modo de vida semi-nômade. Ainda caçam, pescam e coletam para a sobrevivência, mas competem em suas próprias terras com os vizinhos e invasores buscando animais e peixes cada vez mais raros. Têm dificuldades para obter armas e munições o que não acontece com seus concorrentes.

Ainda encontram caça, às vezes: anta, veado, porco, paca, cotia, quatu, caititú, tatú etc. E pássaros como o mutum, jacu, cujubim, arara, papagaio, macaco, nambú. Os peixes tornaram-se difíceis com a pesca predatória para comércio dos não-índios, mas apreciam a jatuarama, pacu, surubim, piao, tucunaré, traira etc.

Acrescentaram vários produtos à sua agricultura tradicional. Suas roças hoje contam com mandioca, macaxeira, milho mole, milho duro, arroz, batata, banana, cará e feijão. Gostariam de ampliar o leque, mas não dispõem de sementes, por exemplo de amendoim.

A intervenção da FUNAI na vida econômica tem sido até agora desastrosa, como nos demais postos da região. Os funcionários comportam-se como gerentes, pondo os índios em grandes plantações coletivas, gênero fazendas estatais. Esta prática



tica é contrária as suas tradições. E tão habituados a formar mutirões de cooperação no trabalho, mas a partir de grupos de parentesco.

Na década de 70 a FUNAI plantou cacau, hoje abandonado. Em 1980/81 fez um projeto de criação de cantina para o extrativismo, com 1,3 milhão de cruzeiros. A malária baixou neste ano a produção de borracha dos índios em 50%. Assim mesmo realizaram uma grande roça, prevista para 25 hectares, que chegou a 60 hectares, com um financiamento de 1,5 milhão de cruzeiros. Em 1982 veio financiamento para um projeto de fruticultura (limão, tangerina, laranja), um fiasco, uma vez que as mudas chegaram quase secas e sem terra pela incompetência de um agrônomo, posteriormente despedido. Em 1983 novo financiamento para o projeto agrícola de 1,7 milhão de cruzeiros, apesar da roça de 100 hectares fracassada em 1982. De 35 hectares previstos, os índios aceitaram plantar apenas 10, para não prejudicarem suas roças familiares, na verdade a base de sua subsistência.

A FUNAI continua a pretender administrá-los como pões, quando pretendem gerir sua subsistência a partir dos núcleos, de parentesco. Daí o fracasso das grandes roças, em que colaboram contra produtos ou dinheiro de projetos. O apoio à agricultura deveria ser feito às roças familiares.

Na verdade pretendem hoje obter renda monetária mas a partir da borracha e da castanha. Obtiveram 123 sacos de castanha em 1983. Pretendem que o apoio à agricultura seja dado família a família, e estudados os resultados. Dizem que as roças da FUNAI são de todos e de ninguém, e os que mais trabalham terminam prejudicados em suas roças familiares.

Querem plantar cana, e criar animais. Há 300 hectares de pastos naturais ou deixados por colonos. Gostariam de apoio para começar. Necessitam também de apoio para a criação de animais de carga. Dispõem de apenas dois burros, insuficientes para o transporte da produção agrícola, do extrati-



vismo ou da coleta até o posto, onde pode ser escoada de caminhão. Já não praticam o artesanato para venda, já que a FUNAI não pagou o anteriormente enviado.

EDUCAÇÃO E NOVAS TRIBOS

No PI Lage, graças à retirada das Novas Tribos, renascem as tradições tribais. Assim mesmo, os missionários realizam cultos aos domingos, mesmo sem autorização da FUNAI. Desde o contato, até cerca de 1979, as Novas Tribos lá estiveram. Os índios puseram-se em sua maioria, contra sua presença na área. Os "linguistas" não chegaram a perceber que os Ororam falavam um dialeto diferente dos Orodão e não adaptaram suas cartilhas em Orodão para Ororam desgostando os demais grupos.

A prática das Novas Tribos quando lá estiveram é semelhante à atual nos P.I Pacaa Nova e Rio Negro Ocaia. Os objetivos (ver relatórios) eram todos ligados à destruição da identidade cultural dos Oro-Uari, em flagrante desrespeito à Constituição. No Lage os índios hoje riem do terror que os missionários disseminavam. Quando os índios promoviam festas rituais, diziam que "Satanás vai carregar, vão sonhar com o demônio". Um dos missionários chegou a atribuir a morte de uma criança a um índio não-crente, que estaria tomado pelo espírito do mal.

Quando a educação promovida pela FUNAI, é também um fracasso. Em 1977, apenas um aluno terminou o ano letivo. As cartilhas não são adaptadas à especificidade da cultura indígena, e os professores não contam com formação prévia. Os adultos reclamam da falta de uma educação voltada a suas necessidades, como a compra e venda de seus produtos. Gostariam de ter alguns dos seus com acesso a formação profissionalizante para exercício na aldeia, como carpintaria, motorista, etc.



ADMINISTRAÇÃO

O posto é bem equipado, com casa-sede, escola e enfermaria com residências para funcionários, de alvenaria, algumas com água corrente. Mas o funcionamento do posto está sujeito às mesmas dificuldades dos demais P.I.s da Ajudância de Guajará-Mirim, indicados no relatório sobre o PI Pacaa-Nova.

Na verdade os projetos e atividades são concebidos sem a participação dos líderes da comunidade. Brasília é quem programa gastos, que terminam em infra-estrutura para a FUNAI e não em apoio direto às comunidades indígenas. Quanto aos funcionários, os índios estão hoje mais satisfeitos, mas recordam de um que era protestante e obedecia aos missionários, e outro que se embriagava todos os dias dentro do posto, o que é proibido por lei.